

ANEXO À RESOLUÇÃO CEPEC/UFG N° 1939, DE 14 DE MARÇO DE 2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNID.ACAD.ESP/CIENC SOCIAIS APLIC-GOIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
BACHARELADO**

Reitor(a): ANGELITA PEREIRA DE LIMA

Vice-Reitor(a): JESIEL FREITAS CARVALHO

Diretor(a) da Unidade: IRAM LEANDRO DA SILVA

Vice-diretor(a) da Unidade: JOSE DO CARMO ALVES SIQUEIRA

Coordenador(a) do Curso:

Vice-coordenador(a) do Curso:

Comissão NDE/Elaboração:

GUSTAVO HENRIQUE PETEAN

RENATO FRANCISCO DOS SANTOS PAULA

LUAN VINICIUS BERNARDELLI

THATYANE CRISTINA ALMEIDA

Sumário

1 - Apresentação	4
2 - Exposição de motivos	7
3 - Objetivos do Curso	12
4 - Perfil do curso	13
5 - Perfil do egresso	15
6 - Estrutura curricular	17
6.2 - Matriz curricular	19
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Goiás A Distância - 2025/1	19
6.3 - Tabela de equivalência	31
6.4 - Ementas e bibliografia básica e complementar	31
7 - Atividades Complementares	65
8 - Política e gestão de estágio curricular obrigatório e não obrigatório	65
9 - Política da inserção de ações curriculares de extensão - Acex	66
10 - Política e gestão de prática como componente curricular - PCC	67
11 - Trabalho de conclusão de curso	68
12 - Política de ensino, pesquisa e extensão	68
13 - Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem e apoio ao discente	69
14 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	71
15 - Dinâmica das atividades	74
16 - Referências	76

1 - Apresentação

O Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, foi elaborado a partir da Resolução nº 1, de 31 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública. No entanto, a oferta desse curso não começa com o presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que, na realidade, se constitui em um processo de aprimoramento de um percurso que se iniciou, nos idos de 2006, com a oferta do curso piloto.

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação a Distância (SEED), o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades públicas que aderiram ao projeto.

Esse curso, em nível de bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorriam preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolvia atividades a distância, como estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas e acompanhado por um sistema de tutoria que permitia o monitoramento do seu desempenho.

Com a supervisão da SEED/MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) que ofereceram o curso piloto se reuniam (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade, discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso. Esse Fórum foi uma experiência ímpar no setor público brasileiro, pois coordenava uma rede de Ipes que atuou colaborativamente na busca de um objetivo

O projeto piloto para o curso de Administração serviu como referência para a criação do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), que foi concebido para ofertar o curso de Bacharelado em Administração Pública e três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso do bacharelado, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Eliane Moreira Sá de Souza (UFG), Neiva de Araújo Marques (UFMT), Oreste Preti (UFMT) e Paulo Guedes (UFBA).

Assim, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições de ensino federais e estaduais para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação,

impulsionada com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a orientação de reunir-se em Fóruns Nacionais, que visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas no âmbito da UAB, de modo a implementar ações em prol de melhor qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; no segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já se discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Bacharelado em Administração Pública e Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, na modalidade de Educação a Distância (EaD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências, as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que contribuíram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Introdução do Projeto Pedagógico de Curso em Administração Pública

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando consecução e fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância, integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O curso de Administração Pública está rotulado no CINE Brasil (Brasil/INEP, 2020) na área geral 04 Negócios, administração e direito, na área específica 041 Negócios e Administração, na área detalhada 0413 Gestão e Administração, sob o rótulo 0413A02 - Administração Pública.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a UFG oferece o Curso de Bacharelado em Administração Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua

missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Administração Pública – Resolução n. 1, de 13 de maio de 2014;
- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645, de 10/03/2008, e Resolução CNE/CP nº 01, de 17/06/2004);
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/ CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/ CP nº 1, de 30/05/2012;
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27/12/2012;
- Componente curricular de LIBRAS (Decreto nº 5626, de 22/12/2005);
- Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida - Constituição Federal (arts. 205, 206 e 208); NBR 9050/2004, da ABNT; Lei nº 10.098, de 19/12/2000; Decretos nº 5.296, de 02/12/2004, nº 6.949, de 25/08/2009, nº 7.611, de 17/11/2011; e Portaria MEC nº 3.284/2003, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;
- Instrução Normativa CEPEC nº 01/2022 de 21 de Março de 2022 [Institui as diretrizes e procedimentos para elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de graduação da Universidade Federal Goiás];
- Resolução CEPEC/UFG nº 1791, de 07 de outubro de 2022 [Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da Universidade Federal de Goiás, e revoga as disposições em contrário];
- Resolução CEPEC/ UFG nº 1699, de 22 de outubro de 2021 [Dispõe sobre a regulamentação das Atividades Curriculares de Extensão (ACEx) nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Goiás];
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027;

As DCNs para o Curso Bacharelado em Administração Pública estabelecem uma estrutura mínima para o PPC, contemplando os elementos estruturais a seguir, os quais integram este documento:

- I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
- II. condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;
- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X. concepção e composição das atividades complementares; e,

XI. inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

Unidade Acadêmica: UNID.ACAD.ESP/CIENC SOCIAIS APLIC-GOIA

Curso-habilitação: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Modalidade: A Distância

Grau acadêmico: BACHARELADO

Carga horária total em horas: 3308

Turno(s) de funcionamento: Não se aplica.

Número de vagas anuais: 100

Duração mínima do curso: 8

Duração máxima do curso: 12

Área geral - Cine/Inep:

Nº do ato de integração da UFG no Sistema UAB Edital ou Portaria: Participação no Edital de seleção nº 01/2005-SEED/MEC; autorizado pela Portaria 873-MEC, de 07 de junho de 2006.

Nº do ato de credenciamento da UFG pelo MEC: Portaria 1369, de 07 de dezembro de 2010

Pólos onde o curso será ofertado: Alexânia, Cavalcante, Senador Canedo, Uruana, Formosa

2 - Exposição de motivos

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para

gerenciar a máquina administrativa responsabilmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da Administração Pública tem adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da Administração Pública passa a demandar ações de capacitação e preparação da força de trabalho para as tarefas da Administração Pública contemporânea.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, também, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de novas estruturas organizacionais quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

É preciso que seja dada oportunidade aos cidadãos e à esfera pública em todo o Brasil de se capacitarem para o exercício da administração pública profissional, particularmente através da oferta de cursos no território nacional. Nesse sentido, salienta-se a importância deste curso.

Universidade Aberta do Brasil

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio da concessão de bolsas e auxílios, de planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EaD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

Caracterização Regional e a Viabilidade do Curso de Administração Pública no Campus Goiás

Considerando a experiência da UFG na formação acadêmica na modalidade de educação a distância, que desde 2010, graduou 1451 acadêmicos, desses 193 bacharéis em Administração e 1258 licenciados nos cursos de Artes Cênicas (71); Artes Visuais (569), Ciências Biológicas (292), Educação Física (192) e, Física (134) (Análise UFG, 2024). Faz-se a exposição de motivos que, como proposta de criação do curso em Administração Pública no Campus Goiás, apresenta o estudo de viabilidade conforme Instrução Normativa do CEPEC nº 001/2022..

A UFG integrou-se ao sistema UAB em 2006, com a participação no edital de Seleção nº 001/2005-SEED/MEC, autorizado pela Portaria 873-MEC, de 07 de junho de 2006. Nesse ínterim, foi gestado o Programa Nacional de Formação em Administração Pública, PNAP, iniciado como programa piloto em 2006, com a participação de 25 Universidades Públicas. A constituição desse Programa teve a participação efetiva da UFG, na figura da professora doutora Eliane Moreira Sá de Souza, em conjunto com a UFMT, representada pela professora Neiva de Araújo Marques e pelo professor Oreste Preti, além da UFBA, cuja representação se deu pelo professor Paulo Guedes.

O curso de Administração Pública EaD, de responsabilidade da UFG, no antigo campus de Catalão, teve o seu Plano Pedagógico de Curso (PPC) aprovado pela resolução CEPEC nº 1380 de 2015. Com a emancipação do campus, tornando-se Universidade Federal de Catalão (UFCAT), a oferta do curso em Administração Pública na rede pública de ensino superior passou a ocorrer em apenas duas instituições de ensino, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

A oferta do curso de bacharelado em Administração Pública em EaD está associado às

ofertas de vagas conforme edital 25/2023 CAPES/UAB. A UFG, integrada ao Sistema UAB, pode participar da oferta de vagas desse edital, tendo sido contemplada com as 100 vagas solicitadas para a abertura do curso de bacharelado em Administração Pública. A motivação da participação coaduna o Objetivo Estratégico (OE) nº 3 - Fortalecer a educação presencial e a distância e o Objetivo Estratégico (OE) 24 - Expandir a atuação da UFG do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFG 2023-2027, bem como promover o OE 23 que visa consolidar a interiorização.

O edital 25/2023 CAPES/ UAB aponta que apenas a UFG (com o curso de Administração Pública proposto pelo Campus Goiás) e a UFCAT foram contempladas com a oferta do curso de Administração Pública EaD, assim, suprimindo a demanda que não será atendida pela UEG, que não ofertará vagas, e pela UFCAT, que fará a oferta apenas em 2026.

Essa demanda tem sido evidenciada tanto pela Confederação Nacional dos Municípios, que tem apresentado a necessidade de capacitação dos servidores públicos municipais, quanto pelo governo do estado de Goiás, que, por meio da Política Estadual de Capacitação e Desenvolvimento Profissional, instituída pelo decreto nº 9.738 de 27 de outubro de 2020, objetiva a melhoria da eficiência e da qualidade do serviço público prestado ao/à cidadão/ã.

Conforme dados da Relação Anual de Informação Social - RAIS de 2022, o estado de Goiás possui 207.323 servidores públicos nas três esferas de governo. Este número expressa o volume de trabalhadores que ocupam cargos diretos da administração pública e, mesmo não sendo possível quantificar pelas bases de dados existentes, a grande maioria não possui formação direcionada para sua atividade.

Diante do desafio para capacitar um grande número de servidores, distribuídos no vasto estado de Goiás, o curso de Administração Pública EaD, neste edital, optou pela oferta de vagas em cinco polos UAB, sendo eles: Águas Lindas de Goiás; Alexânia; Cavalcante; Senador Canedo; e Uruana. A oferta nesses polos preocupa-se com o acesso da UFG em locais com baixa oferta de vagas e, ao mesmo tempo, que não sobreponham a região do município de Goiás e sua localização no Vale do Rio Vermelho. A preocupação com a sobreposição de um novo curso se deu pela existência do curso de Administração na modalidade presencial no campus Goiás.

Quadro 1 – Polos: distâncias e população municipal

Polo	Distância de Goiás	População do município Polo
Águas Lindas de Goiás	267 km	225.693
Alexânia	231 km	27.008
Cavalcante	579 km	9.583
Senador Canedo	167 km	155.635
Uruana	113 km	13.729

Fonte: Elaboração Própria (GoogleMaps, 2024; IBGE, 2024)

O Quadro 1 expressa a distância em quilômetros do polo para o município de Goiás, reforçando a preocupação de não sobreposição e possibilidade de acesso, pelos servidores, ao curso de Administração Pública EaD, que será ofertado por uma instituição pública, com a reconhecida qualidade da UFG, evidenciada pela formação e experiência acadêmica e profissional de seu corpo docente. A escolha dos docentes obedecerá às normativas internas da UFG e a portaria 102/2019 da UAB/Capes.

Sobressalta a motivação da ampliação da modalidade EaD no âmbito institucional. Em

agosto de 2024, a UFG possuía 20.378 estudantes de graduação (Analisa UFG, 2024). Na modalidade de educação a distância (EaD), constam apenas 254 estudantes (Analisa UFG, 2024). A oferta do curso Bacharelado em Administração Pública na modalidade EaD, no campus Goiás, ampliará o número de estudantes na universidade e na modalidade EaD, contemplando, ainda, a necessidade de capacitação dos servidores públicos que atuam nos municípios goianos.

Aspectos Institucionais

A Universidade Federal de Goiás, fundada em 1961 com a reunião de cinco escolas superiores existentes em Goiânia. Com mais de seis décadas de história, a UFG é referência no estado de Goiás e na região Centro-Oeste. Desde 1990, a UFG mantém na cidade de Goiás uma turma do curso de Direito, ligada à Faculdade de Direito em Goiânia. Instituído enquanto campus em 2009, após a adesão da UFG ao REUNI, o Campus Goiás passa a ofertar o curso de Direito de forma autônoma, juntamente com a oferta do curso de Filosofia e Serviço Social. No ano de 2013, inicia a primeira turma de Administração e posteriormente em 2014, o curso de Educação do Campo (LEdoC). No ano seguinte, a Campus oferece também o curso de Arquitetura e o curso de Bacharelado em Filosofia. Já em 2021, inicia as atividades do curso de Pedagogia. O campus oferta em 2024, oito cursos de graduação, sendo eles: Administração, Arquitetura; Direito, Filosofia Bacharelado, Filosofia Licenciatura, Licenciatura em Educação do Campo, Pedagogia e Serviço Social.

O PDI da UFG, traz por visão institucional que a UFG, até 2023, deve consolidar-se como instituição de referência para o processo de desenvolvimento social, econômico e institucional de Goiás, bem como ampliar seu alcance nacional e internacional, tendo como fundamentos a valorização das pessoas, a sustentabilidade, os valores da democracia e da liberdade.

Missão da UFG

Ser uma universidade dedicada à formação de pessoas, em um ambiente intelectualmente virtuoso, decorrente da produção do conhecimento, obtida por meio da pesquisa acadêmica e da produção artística e cultural.

Finalidades Institucionais

A UFG é uma instituição comprometida com a justiça social, os valores democráticos e o desenvolvimento sustentável e tem como finalidade:

- I. promover, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, todas as formas de conhecimento;
- II. promover o ensino superior público com vistas à formação de pessoas capacitadas ao exercício do magistério e da investigação, bem como para os diferentes campos do trabalho e das atividades culturais, políticas e sociais;
- III. manter ampla e diversificada interação com a sociedade por meio de articulação e parcerias entre os diversos setores da Universidade e outras instituições públicas e privadas;
- IV. constituir-se em fator de valorização e de divulgação da cultura regional e nacional, em suas diferentes manifestações;
- V. cooperar com os poderes públicos, com universidades e com outras instituições

científicas, culturais e educacionais brasileiras e estrangeiras; e
VI. desempenhar outras atividades na área de sua competência..

3 - Objetivos do Curso

I.

Objetivo Geral

Formar profissionais com uma visão histórica e interdisciplinar de Administração Pública capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e assessorando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade igualitária.

Objetivo Específicos

Os objetivos específicos do curso são:

- I. oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, desenvolvendo-o como ser humano e como força de trabalho;
- II. propiciar formação integral do aluno de tal forma a permitir-lhe pesquisar, criticar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e as normas éticas a que está sujeita a gestão pública;
- III. formar profissionais capazes de atuar com dinamismo nas transformações no âmbito interno e externo das organizações;
- IV. capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais próprias do setor público, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado com a visão holística de suas realidades nas dimensões humanística e técnica;
- V. preparar o aluno para atuar como gestor público, envolvendo-se com decisões, estratégias, buscando incorporar os padrões de excelência da administração pública em todo o mundo frente às mudanças e o compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade;
- VI. preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão de obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública;
- VII. despertar no profissional o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar os mais diferentes desafios e necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

4 - Perfil do curso

O curso de Administração Pública da UFG campus Goiás, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP, para reafirmar o compromisso histórico de formação do programa e de concepção do curso. Adiciona ao programa o compromisso de formação de bacharéis sensíveis à realidade e motivados na transformação social local e regional.

O curso traz em seu projeto formativo a integração de ações e práticas extensionista e de pesquisa para o desenvolver acadêmicos dos estudantes. Em conjunto com as práticas de estágio, o curso atuará no desenvolver de cidadãos preocupados e engajados na transformação social das localidades que atuam.

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. promover permanente desenvolvimento dos recursos humanos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o pensamento autônomo, a curiosidade e a criatividade;
- III. selecionar temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- V. nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e valorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- técnico- científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

De acordo com as DCNs, são princípios fundamentais a serem observados nos cursos de bacharelado em Administração Pública:

- I. o ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res publica e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;
- II. a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los a seu contexto e vocação regionais;
- III. a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de

áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

A formação e o perfil do administrador público serão expressos por meio de duas dimensões:

- epistemológica, que diz respeito à escolha e aos recortes teórico- metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e
- profissionalizante, que diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais visando o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, o curso contempla o estudo das teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além da formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- Transversalidade – os conteúdos, sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema;
- Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços.

Organização curricular

A elaboração do curso contempla a estrutura regimental da instituição. Em específico, o Item III do art. 19 da Instrução Normativa 01/2022 é atendido pela disciplina de Introdução à Educação a Distância. A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos, de formação básica, profissional e complementar, revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras; e comprometem-se com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

Os conteúdos de formação básica contemplam:

- I. assuntos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de

Direito e de Sociologia;

II. estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às Tecnologias da Comunicação e da Informação;

III. a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e

IV. as diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.

Os conteúdos de formação profissional contemplam:

I. estudos sobre governos e políticas públicas comparadas;

II. estudos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;

III. disciplinas de conteúdo profissional abordadas de forma a não dissociar o ensino da pesquisa e da extensão.

Os conteúdos de formação complementar contemplam estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, por meio das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública e das atividades complementares, promovendo a integração do curso com a sociedade explorando as ações de extensão, conforme descrito no item Ações curriculares de extensão - ACEX

As disciplinas de Eletiva I - Projeto de Extensão Municipal e Eletiva II - Projeto de Extensão Regional, nomeadas de eletivas no PPC Nacional do PNAP, integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima, e, neste PPC, integrarão o Núcleo Comum. Ainda que na UFG não utilize o termo eletiva, manteve-se no documento esta grafia como referência ao projeto nacional.

Os conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental são contempladas pelo componente curricular de Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Os conteúdos de educação em direitos humanos, de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena são contemplados no componente de Cidadania e Direitos Sociais no Brasil, Gestão Social e Participação Popular, Responsabilidade Social e Terceiro Setor, Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública, e, em outros componentes como Temas Contemporâneos.

5 - Perfil do egresso

O curso de Administração Pública da UFG está organizado visando à formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, dos temas contemporâneos da gestão pública, do estágio supervisionado e do TCC, a formação de competências que preparem o egresso para os desafios da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional detentor de amplo conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do tema da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista suas correlatas, uma vez que, qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral da sociedade.

Para atender às expectativas da sociedade emergente, o curso de Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e atual, em condições

plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seu trabalho, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O curso de Bacharelado em Administração Pública proposto pela UFG deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores, gestores públicos ou assessores no setor público estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas. Sendo assim, o curso deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

- I. reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV. estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- V. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- VI. expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VII. ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;
- VIII. atuar como ator consciente e crítico de sua realidade.

O perfil do egresso previsto contempla a capacidade deste em:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e sociedade civil;
- III. empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;
- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;
- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da

tomada de decisão;

IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores quantitativos e qualitativos presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais;

e

XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

Acompanhamento do egresso

O acompanhamento do egresso dar-se-á por canais diversos. A instituição possui o sistema de acompanhamento de egressos que é o Sempre UFG, disponível em: <https://sempreufg.ufg.br/>. Além do sempre UFG o curso fará acompanhamento dos egressos via e-mail, com pesquisas bianuais para acompanhamento da empregabilidade e outros fatores relacionados aos egressos.

6 - Estrutura curricular

6.1 - Introdução

O sistema de apresentação do SisPPC não contabiliza a carga horária das disciplinas que não estão integradas ao núcleo comum, núcleo específico obrigatório ou núcleo específico optativo. Assim, ao associar os componentes optamos por vincular as disciplinas eletivas (ressalta-se a manutenção desta nomenclatura em referência ao PPC nacional do PNAP), as de formação complementar, os componentes curriculares de estágio e as disciplinas de trabalho de conclusão de curso, ao núcleo comum. Todavia, com o objetivo de melhor apresentar o curso, trazemos a tabela resumida da distribuição da Carga Horária.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Bacharelado em Administração Pública está representada a seguir:

Conteúdo	Carga Horária	%
Disciplinas Obrigatórias	2720	82
Conteúdos de Formação Básicas (FB)	736	22
Conteúdis de Formação Profissional (FP)	1888	57
Conteúdos de Formação Complementar	96	3
Demais Disciplinas	160	5
Disciplinas Eletivas (Núcleo Comum, na nomenclatura utilizada pela UFG)	64	2
3 Disciplinas optativas	96	3
TCC	128	4
Estágio Supervisionado	180	5
Atividades Complementares	120	4

ACEX	340	10
Carga Horária Total do Curso	3308	100

6.2 - Matriz curricular

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | Goiás | A Distância - 2025/1

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
1 Período											
001	CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Comum	Obrigatória
002	CIÊNCIA POLÍTICA	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Comum	Obrigatória
003	FILOSOFIA E ÉTICA	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Comum	Obrigatória
004	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Comum	Obrigatória
005	INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Obrigatória
006	MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Comum	Obrigatória
007	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Comum	Obrigatória

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
008	TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Comum	Obrigatória
2 Período											
009	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
010	CONTABILIDADE GERAL	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Comum	Obrigatória
011	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Comum	Obrigatória
012	MACROECONOMIA	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Comum	Obrigatória
013	MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
014	SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Comum	Obrigatória
015	TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I: PROGRAMA INTEGRADO DE EXTENSÃO I	CSA-GOIAS	4	28	0	0	32	32		Comum	Obrigatória

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
3 Período											
016	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
017	CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
018	ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
019	GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
020	MATEMÁTICA FINANCEIRA	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Obrigatória
021	TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II: PROGRAMA INTEGRADO DE EXTENSÃO II	CSA-GOIAS	4	28	0	0	32	32		Comum	Obrigatória
022	TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
4 Período											

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
023	DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
024	DIREITO ADMINISTRATIVO	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Comum	Obrigatória
025	METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
026	ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
027	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
028	TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA III: PROGRAMA INTEGRADO DE EXTENSÃO III	CSA-GOIAS	4	28	0	0	32	32		Comum	Obrigatória
5 Período											
029	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
030	ECONOMIA BRASILEIRA	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Comum	Obrigatória

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
031	ESTÁGIO CURRICULAR I	CSA-GOIAS	30	30	0	0	60	60		Comum	Obrigatória
032	ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
033	GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
034	GESTÃO DO CONHECIMENTO	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
035	GOVERNO ELETRÔNICO	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Obrigatória
6 Período											
036	ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
037	ELETIVA I - PROJETO DE EXTENSÃO MUNICIPAL	CSA-GOIAS	4	28	0	0	32	32		Comum	Obrigatória
038	ESTÁGIO CURRICULAR II	CSA-GOIAS	0	60	0	0	60	60		Comum	Obrigatória

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
039	GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
040	LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
041	ORÇAMENTO PÚBLICO	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
042	POLÍTICAS PÚBLICAS	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
7 Período											
043	AUDITORIA E CONTROLADORIA	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
044	ELETIVA II - PROJETO DE EXTENSÃO REGIONAL	CSA-GOIAS	4	28	0	0	32	32		Comum	Obrigatória
045	ESTÁGIO CURRICULAR III	CSA-GOIAS	0	60	0	0	60	60		Comum	Obrigatória
046	GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Obrigatória

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
047	INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
048	NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
049	REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Obrigatória
050	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	CSA-GOIAS	32	32	0	32	0	64		Comum	Obrigatória
8 Período											
051	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
052	EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Obrigatória
053	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
054	GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Obrigatória

REF.	Componente	Unidade (sigla)	CH Teo	CH Prát	CH PCC*	CH EaD	CH Acex*	CH Total	Pré-requisito (PR) e/ou Co-requisito (CO)	Núcleo	Natureza
055	RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR	CSA-GOIAS	64	0	0	60	0	64		Específico	Obrigatória
056	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	CSA-GOIAS	0	64	0	0	0	64		Comum	Obrigatória
Optativas											
057	DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Optativa
058	GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Optativa
059	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Optativa
060	MARKETING E SOCIEDADE	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Optativa
061	REDAÇÃO OFICIAL	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Optativa
062	TÓPICOS ESPECIAIS DE GESTÃO MUNICIPAL	CSA-GOIAS	32	0	0	30	0	32		Específico	Optativa

* Essa carga horária não se soma à carga horária total do componente.

Quadro resumo de carga horária

Composição Curricular	Carga horária	Percentual
Núcleo Comum (NC)	1204	36,4%
Núcleo Específico Obrigatório (NEOb)	1888	57,07%
Núcleo Específico Optativo (NEOp)	96	2,9%
Núcleo Livre (NL)	0	0%
Atividades Curriculares da Extensão (ACEX) - Ação de Extensão	0	0%
Atividades Curriculares da Extensão (ACEX) - Componente Curricular	340	10,28%
Prática como Componente Curricular	0	0%
Atividades Complementares (AC)	120	3,63%
Carga Horária Total (CHT)	3308	100%

Sugestão de fluxo curricular, por período

1º	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL	CIÊNCIA POLÍTICA	FILOSOFIA E ÉTICA
	MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL	TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I	INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
2º	MACROECONOMIA	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONTABILIDADE GERAL
	MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES	SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL	TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I: PROGRAMA INTEGRADO DE EXTENSÃO I	Optativa 1
3º	CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR
	MATEMÁTICA FINANCEIRA	TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS	TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II: PROGRAMA INTEGRADO DE EXTENSÃO II	Optativa 2

4°	DIREITO ADMINISTRATIVO	DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA	METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO	ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS
	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA III: PROGRAMA INTEGRADO DE EXTENSÃO III		
5°	ECONOMIA BRASILEIRA	ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO	GESTÃO DO CONHECIMENTO
	GOVERNO ELETRÔNICO	ESTÁGIO CURRICULAR I	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS	
6°	ESTÁGIO CURRICULAR II	ORÇAMENTO PÚBLICO	ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS
	LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS	POLÍTICAS PÚBLICAS	ELETIVA I - PROJETO DE EXTENSÃO MUNICIPAL	

7º	ESTÁGIO CURRICULAR III	GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO	INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM
	REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	ELETIVA II - PROJETO DE EXTENSÃO REGIONAL	AUDITORIA E CONTROLADORIA	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I
8º	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL	GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA
	RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	Optativa 3	

6.3 - Tabela de equivalência

Nenhuma equivalência cadastrada

6.4 - Ementas e bibliografia básica e complementar

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio.

Bibliografia básica

FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de materiais. Brasília: ENAP, 2015.

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

Bibliografia complementar

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JOHNSTON, Robert; Clark, Graham. Administração de Operações de Serviço. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Formação histórica e modelos da Administração Pública. O serviço civil e a burocracia racional-legal. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Teorias sobre a administração pública: a visão clássica de W. Wilson, as abordagens políticas da administração pública, a “Nova Gestão Pública”, governança e administração pública ampliada. Transparência, Accountability e responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

Bibliografia básica

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MADUREIRA, César; ASENSIO, Maria (org.). Handbook de Administração Pública. Lisboa: Ina Editora, 2013.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

Bibliografia complementar

CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD). Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI. In: REUNIÓN ORDINARIA DEL CONSEJO DIRECTIVO DEL CLAD, XL, 8-9 nov. 2010, Santo Domingo, República Dominicana. Documento aprovado. Santo Domingo: CLAD, 2010. Disponível em: [http:// old.clad.org/ documentos/ declaraciones/ gestion- publica- iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view](http://old.clad.org/documentos/declaraciones/gestion-publica-iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view). Acesso em: XX xxx. XXXX.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. The public administration theory primer. Oxford: Westview Press, 2011.

PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública: teoria e questões. Rio de Janeiro: GEN: Método, 2018.

PASCARELLI FILHO, Mário. A nova administração Pública: Profissionalização eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2011.

WILSON, Woodrow. The Study of Administration. Political Science Quarterly, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. In: SHAFRITZ, Jay M.; HYDE, Albert C. Classics of Public Administration. 4. ed. Forth Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1997. p. 14-26.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Administração e contexto brasileiro. Pensamento social brasileiro: relações políticas na formação da sociedade e do Estado brasileiros: patriarcalismo, formalismo, patrimonialismo, burocracia, mandonismo, coronelismo e ninguentade. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Experiências brasileiras de participação social, descentralização e parcerias. Inovações e reformas administrativas nos estados. Mundialização e perspectivas para o Brasil na Era Digital.

Bibliografia básica

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

COSTIN, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier, 2010.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

Bibliografia complementar

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados. São Paulo: Qualitymark, 2008.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e

importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas, seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de política públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação.

Bibliografia básica

- BANCO MUNDIAL. Monitorização e avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.
- MAGALHÃES, Heitor de; BELLONI, Isaura; SOUZA, Luzia Costa de. Metodologia de avaliação em políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2012. e- book.

Bibliografia complementar

- RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas pública. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 59, p; 97-169, 2005.
- ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55.
- BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de Programas Sociais. São Paulo: Veras, 2000.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2003.

AUDITORIA E CONTROLADORIA

Probidade administrativa. Conceitos e Tipos de Auditoria Governamental. Elaboração de Relatório de Auditoria. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controles da Administração Pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na Administração Pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Prestação de contas.

Bibliografia básica

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- ROCHA, Arlindo Carvalho; QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. Auditoria governamental: uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, Inaldo. Auditoria Governamental: em breves reflexões. Brasília: Gestão Pública, 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Auditoria governamental. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2011. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. Controle interno nos municípios. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Moacir Marques da. Curso de auditoria governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de auditoria governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshal: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania e desigualdade social no Brasil. Direitos sociais e desigualdade. Pobreza e desigualdade no Brasil. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil. Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais.

Bibliografia básica

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. A cidadania no Brasil: o longo caminho. São Paulo: Civilizações Brasileira, 2001.

IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.

Bibliografia complementar

ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan: FAPESPE, 2000.

HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. Política social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita (org.). Democracia, Mercado e Estado. O B de BRICS. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

CIÊNCIA POLÍTICA

O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.

Bibliografia básica

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação

UNESP, 2004.

BOBBIO, Noberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

Bibliografia complementar

NICOLAU, Jairo. Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

RIBEIRO, João Ubaldo. Política: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. Administração política como campo do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2010.

TAYLOR, Esteven L. Política: cinquenta conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2016.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

Bibliografia básica

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas. 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. v. 1.

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 7. ed. Brasília: STN, 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>. Acesso em: 2 jun. 2017.

CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique.

Entendendo os Resultados Fiscais. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto de; ALMEIDA, Fernando Carlos Cardoso; SANTOS, Vitor Maciel dos; BARBOSA, Diogo Duarte.

Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público: Do Ativo ao Patrimônio Líquido. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo Ribeiro. Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo Inácio; CARVALHO JUNIOR, Jorge

Pinto. Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2014.

CONTABILIDADE GERAL

Conceitos básicos de Contabilidade. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas). Apuração do Resultado do Exercício.

Bibliografia básica

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: (aplicável às demais sociedades). (Com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio; KANITZ, Stephen C.; MARTINS, Eliseu; PACCEZ, João D.; CHINEN, Cecília A. K.; CASTILHO, Edison; LISBOA, Lázaro P.; BENATTI, Luiz; CEI, Nena G. Contabilidade introdutória. 11. edição, São Paulo: Atlas, 2010.
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia complementar

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 2 jun. 2017.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: FINECAFI: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral. Série em foco. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda F. Curso de Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 2015.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Sistema internacional, equilíbrio do poder e poderes emergentes. Teorias da cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional. Cooperação sul-sul. A experiência do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento. Cooperação internacional em estados e municípios. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica para o desenvolvimento: projetos, indicadores, acordos e matriz lógica.

Bibliografia básica

RICÚPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Ant nio. O que são relações internacionais. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

Bibliografia complementar

ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). 30 anos da ABC: Visões da

Cooperação Técnica Internacional Brasileira. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf. Acesso em: XX xxx. XXXX.

DIAS, Reinaldo. Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas, 2010.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LESSA, Antonio Carlos; VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. História das relações internacionais do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (org.). Cidades em relações internacionais. São Paulo: Desatino, 2009.

DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

Teorias e Processos de tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública. Desafios na gestão da informação no setor público.

Bibliografia básica

CASSARRO, Antonio Carlos. Sistemas de Informação para tomada de decisões. São Paulo: Pioneira, 2011.

LAUDON, Kenneth, C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de informação gerenciais. São Paulo: Editora Person, 2014.

SILVA, Arídio; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. Sistemas de Informação na Administração Pública. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

Bibliografia complementar

MELO, Ivo Soares. Administração de sistemas de informação. São Paulo: Pioneira, 2006.

O'BRIEN, James A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. São Paulo: Cengage, 2012.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. São Paulo: LTC, 2016

STAREC, Cláudio; GOMES, Elizabeth Braz Pereira; CHAVES, Jorge Bezerra Lopes. Gestão Estratégica da informação e a inteligência competitiva. São Paulo: Saraiva, 2005.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico- Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a Administração Pública.

Bibliografia básica

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2014.

Bibliografia complementar

ANTUNES ROCHA, Carmen Lúcia. Princípios constitucionais dos servidores públicos. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Direito Administrativo. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2018.

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Interpretação da lei tributária. Tributação e direitos fundamentais: dos direitos sociais aos limites do poder de tributar. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie.

Bibliografia básica

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 19. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

Bibliografia complementar

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 13. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2014.

CASSONE, Vittorio. Interpretação do Sistema Tributário Nacional e o STF: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2012.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

ECONOMIA BRASILEIRA

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: políticas agricultura e industrial; política de comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais; políticas sociais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e

informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

Bibliografia básica

GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Saraiva, 2016.
GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia complementar

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.
BACHA, Carlos José Caetano. Entendendo a economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2007.
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva. 2011.
WERNER, Baer. A economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.

ELETIVA II - PROJETO DE EXTENSÃO REGIONAL

Elaboração de projetos de extensão em âmbito regional

Bibliografia básica

DE DEUS, S. Extensão universitária: trajetórias e desafios. Santa Maria: Editora PREUFISM, 2020.
FARIA, D. S. (org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2021.
FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/files/forproex-politica-nacional-extensao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

Bibliografia complementar

FOREXT. Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior: referenciais para a construção de uma política nacional de extensão nas ICES. Santa Catarina: Universidade do Vale de Itajaí, 2013.
FORPROEX. Indicadores brasileiros de extensão universitária Campina Grande: EDUFCEG, 2017.
FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2019
FREIRE, P. Política e educação. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

ELETIVA I - PROJETO DE EXTENSÃO MUNICIPAL

Elaboração de projetos de extensão em âmbito municipal

Bibliografia básica

DE DEUS, S. Extensão universitária: trajetórias e desafios. Santa Maria: Editora PREUFMS, 2020.

FARIA, D. S. (org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/files/forproex-politica-nacional-extensao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

Bibliografia complementar

FOREXT. Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior: referenciais para a construção de uma política nacional de extensão nas ICES. Santa Catarina: Universidade do Vale de Itajaí, 2013.

FORPROEX. Indicadores brasileiros de extensão universitária Campina Grande: EDUFCG, 2017.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2019

FREIRE, P. Política e educação. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL

Cultura Empreendedora: definição e origem. Empreendedorismo privado e público. Gestão Empreendedora no serviço público: análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações. Casos de sucesso: fatores críticos. Gestão por resultados. Perfil e Comportamento Empreendedor: características, habilidade, comportamento e atitude. Empreendedor, Intraempreendedor e Empreendedor estratégico.

Bibliografia básica

MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

GERBER, Michael E. Empreender Fazendo a Diferença. São Paulo: Fundamento, 2004.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

Bibliografia complementar

DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BANDEIRA, Cynthia. Aprender a Empreender. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

HERMANN, Ingo Louis. Empreendedorismo e Estratégia. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SOLONCA, Davi. Gestão por Resultados na Administração Pública. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

ESTÁGIO CURRICULAR I

Teoria e Práticas de Estágio como ferramenta e promoção da extensão universitária.

Bibliografia básica

- BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, c2008.
- FARIA, D. S. (org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- ROESCH, S. M. A. Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1999.
- FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ- REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/files/forproex-politica-nacional-extensao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

Bibliografia complementar

- BERNARDIM, Marcio Luiz. O estagio curricular do curso de adminsitracao e o perfil das empresas concedentes de estagio. Guairaca, Guarapuava, n. 19, p. 109-125, 2003.
- BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estagio supervisionado. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Estágio supervisionado: experiência e conhecimento. Santo André, SP: ESETEC, 2002
- LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.
- PICONEZ, Stela C. Bertholo; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24.ed. Campinas: Papirus, 2012.

ESTÁGIO CURRICULAR II

Práticas de Estágio como ferramenta e promoção da extensão universitária.

Bibliografia básica

- BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, c2008.
- FARIA, D. S. (org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- ROESCH, S. M. A. Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1999.
- FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ- REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/files/forproex-politica-nacional-extensao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

Bibliografia complementar

- BERNARDIM, Marcio Luiz. O estagio curricular do curso de adminsitracao e o perfil das empresas concedentes de estagio. Guairaca, Guarapuava, n. 19, p. 109-125, 2003.
- BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estagio supervisionado. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Estágio supervisionado: experiência e conhecimento. Santo André, SP: ESETEC, 2002
- LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.
- PICONEZ, Stela C. Bertholo; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A prática de ensino e o

estágio supervisionado. 24.ed. Campinas: Papirus, 2012.

ESTÁGIO CURRICULAR III

Práticas de Estágio como ferramenta e promoção da extensão universitária.

Bibliografia básica

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, c2008.

FARIA, D. S. (org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

ROESCH, S. M. A. Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1999.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/files/forproex-politica-nacional-extensao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

Bibliografia complementar

BERNARDIM, Marcio Luiz. O estágio curricular do curso de administração e o perfil das empresas concedentes de estágio. Guairaca, Guarapuava, n. 19, p. 109-125, 2003.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Estágio supervisionado: experiência e conhecimento. Santo André, SP: ESETec, 2002.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

PICONEZ, Stela C. Bertholo; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24.ed. Campinas: Papirus, 2012.

ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO

Levantamento de dados e estatísticas descritivas. Introdução à probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostragem e distribuições amostrais. Estatística inferencial e testes de hipóteses. Utilização de ferramentas informatizadas na estatística. Aplicações de estatística em administração.

Bibliografia básica

BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 2013.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David D. Estatística para Ciências Humanas. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

Bibliografia complementar

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MATÍNEZ, Francesc. Introdução à Estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPAHAN, David. Estatística Teoria e Aplicações. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LOESCH, Claudio. Probabilidade e Estatística. São Paulo: LTC, 2013.

MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. A estatística básica e a sua prática. 6. ed. São Paulo: LTC, 2014
TRIOLA, Mario. F. Introdução à Estatística. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico. Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de indicadores. Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.

Bibliografia básica

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2007.
MOORE, Mark H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: ENAP, 2002.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

ANSOFF, H. Igor; DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (org.). Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 1987.
KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (org.). Estratégia: A Busca da Vantagem Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. Administração estratégica. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.
WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. Administração Estratégica: Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

FILOSOFIA E ÉTICA

Conceito de Filosofia: Filosofia como doutrina e como ato de pensar. Os períodos da história da Filosofia: principais características. Conceitos de ética, moral e deontologia. A Ética e a Política. Ética e responsabilidade social na Administração Pública.

Bibliografia básica

CHAUI, Marilena. Iniciação à Filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2017.
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
SERRANO, Pablo Jimenez. Ética e Administração Pública. Rio de Janeiro: Alinea, 2017.

Bibliografia complementar

APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
HADOT, Pierre. O que é a filosofia antiga? 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2001.

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Desenvolvimento sustentável; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; instrumentos e práticas de gestão ambiental; interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; licitações e compras sustentáveis no Brasil. ISO 14000. Noções de auditoria ambiental.

Bibliografia básica

DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopez de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

BLIACHERIS, Marcos Weiss; FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira (coord.). Sustentabilidade na Administração Pública: valores e práticas de gestão socioambiental. 1. ed. São Paulo: Fórum, 2012.

Bibliografia complementar

BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. Gestão ambiental empresarial. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DIAS, Reinaldo. Sustentabilidade: Origem e Fundamentos. Educação e Governança Global. Modelo de Desenvolvimento. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

FENKER, Eloy Antônio; DIEHL, Carlos Alberto; ALVES, Tiago Wickstrom; KALINOWSKI, Carina. Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

PHILIPPI JR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2012.

GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO

Conceitos, princípios e evolução da qualidade. Planejamento e controle da qualidade. Modelos, sistemas e ferramentas da qualidade. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.

Bibliografia básica

AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. Gestão da Qualidade na Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2014.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços. Porto Alegre: Bookman, 2014.

MIGUELES, Carmem; ZANINI, Marco Túlio. Excelência em gestão pública. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

Bibliografia complementar

CORREIA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de serviços. São Paulo: Atlas, 2002.

JURAN, Joseph M. A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da

qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1998.

MARSHALL JUNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda. Gestão da qualidade. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

MATIAS- PEREIRA, José. Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

VELOSO, Luiz Paulo. QualiCidades: Poder Local e Qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2006.

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

Bibliografia básica

BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física. São Paulo: Atlas, 2012.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, John C. Gestão Logística da Cadeia de Suprimento. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2014.

CHRISTOPHER, Martin. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.

Bibliografia complementar

CORREIA, Henrique Luiz. Gestão de Redes de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2013.

DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. Logística e Operações Globais. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOVAES, Antonio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2015.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Higiene e segurança no trabalho.

Bibliografia básica

LIMA, Paulo Daniel Barreto. A excelência em Gestão Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de Recursos Humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (org.). Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, Luís Cesar G. de. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

BOHLANDER, George; SHERMAN, Arthur; SNELL, Scott. Administração de recursos humanos. 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010.

DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2016.

ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS

O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto. Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/ CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. Softwares para o gerenciamento de projetos.

Bibliografia básica

CLEMENTE, Ademir (org.). Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 2008.

CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. Gestão de projetos: uma abordagem global. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia complementar

REBECHINI JR., Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. (org.). Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos brasileiros. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. Gestão de projetos. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.

THIRY- CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. Gestão de Programas e Projetos Públicos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

GENARI, Breno. Introdução ao PERT básico. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1967. Disponível em: [https:// bibliotecadigital.fgv.br/ dspace/ bitstream/ handle/10438/23937/000037033.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23937/000037033.pdf). Acesso em: XX xxx. XXXX.

PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA

Conceito, gênese e tipos de redes. Modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação. Redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

Bibliografia básica

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (org.). Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília: Editora ENAP/SENA, 2011.

PAULILO, Luiz Fernando; SACOMANO NETO, Mário; GARCIA, Luciano Metidieri. Governanças de redes: economia, política e sociedade. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

Bibliografia complementar

ANTUNES, Junico; BALESTRIN, Alsones; VERSCHO, Jorge. Práticas de gestão de redes de cooperação. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2010.

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (org.). Redes Sociais e Organizacionais em Administração. Curitiba: Juruá, 2008.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FLEURY, Sonia; OUVERNEY, Assis M. Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. São Paulo: UNESP, 2014.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Sociedade do Conhecimento. Teoria da Gestão do Conhecimento Organizacional. Conhecimento como fator de inovação. Modelos de Gestão. Dimensões da Gestão do Conhecimento. Inteligência Pública.

Bibliografia básica

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARBIERI, Luiz Fernando S. Como empreender e inovar por meio da gestão por processos e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: UFF, 2009.

BATISTA, Fábio Ferreira. Modelo de gestão do conhecimento para Administração Pública. Brasília: IPEA, 2012.

Bibliografia complementar

ANGELONI, Maria Terezinha (org.). Gestão do Conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. Inteligência pública na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

GATTONI, Roberto Luís Capuruço. Gestão do conhecimento aplicada à prática da gerência de projetos. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2004.

PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookmann, 2007.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do Conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.

GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Conceito de gestão social. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. Política Nacional de Participação Social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na Administração Pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática.

Bibliografia básica

BEZERRA, Marcos Otavio. Política, Governo e participação popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: Letras, 2012.

BORDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: BORDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus Editora, 2001.
FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro (org.). Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

Bibliografia complementar

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora UnB, 2016.
FISCHER, Tânia. Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2003.

PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão social: metodologia e casos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOVERNO ELETRÔNICO

Conceitos e abordagens sobre o governo eletrônico. As experiências de governo eletrônico no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação. Governança eletrônica, participação social e democracia.

Bibliografia básica

CEPIK, Marco, CANABARRO, Diego Rafael (org.). Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf. Acesso em: XX xxx. XXXX.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2006.

PINHO, José Antonio Gomes de (org.). Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Salvador: UFBA, 2012.

Bibliografia complementar

CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf. Acesso em: XX xxx. XXXX.

FOUNTAIN, Jane E. Construindo um Estado Virtual: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional. Brasília: ENAP, 2005.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. Cadernos EBAPE.BR, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: XX xxx. XXXX.

KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria Alexandra. e- Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e Programa e-Brasil. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007.

VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica: Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GOVERNO ELETRÔNICO: DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. Governo Eletrônico - Os Desafios da Participação Cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. Série Debates n. 24, p. 13-26.

INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Histórico e conceitos de inovação. Gestão da inovação nas organizações. Inovação no ambiente da gestão pública. Fatores facilitadores e limitadores da inovação. Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências.

Bibliografia básica

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. Inovação no Setor Público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP- IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3117

8. Acesso em: XX xxx. XXXX.

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (org.). Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Paulo N. Gestão da Inovação: Conceitos, Métricas e Experiências de Empresas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Bibliografia complementar

DUBOIS, Richard; LINS, João (coord.). Inovação na Gestão Pública. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados. São Paulo: Qualitymark, 2008.

MOTTA, Paulo Roberto. Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; SANTANA, Rafael Liberal Ferreira de; GOMES, Vanessa Cabral. Inovação no setor público: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014. Cadernos ENAP n. 38.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo. Poder legislativo: função, organização e garantias. Poder Judiciário: funções, organização e garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta. Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional.

Bibliografia básica

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2018.

DOWER, Nelson Godoy Bassil (org.). Instituições de Direito Público e Privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia complementar

BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 31. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Conceitos e princípios de Economia. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público.

Bibliografia básica

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

MANKIW, Nicholas Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONELO JR., Rudinei. (org.). Manual de Economia. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia complementar

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. Introdução à economia: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2003.

GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JUNIOR, Rudinei. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Paulo Viceconti Silvério das. Introdução à Economia. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2016.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. Economia. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de

interação. Metodologias Digitais.

Bibliografia básica

- CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
- HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
- VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância. Fortaleza: RDS, 2010.

Bibliografia complementar

- LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
- MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011.
- SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação. Salvador: UNEB/EAD, 2010.
- SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria. Chamamento Público e o Estatuto do Terceiro Setor.

Bibliografia básica

- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.
- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
- TOLOSA FILHO, Benedito de. Licitações, Contratos e Convênios. Curitiba: Juruá, 2016.

Bibliografia complementar

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Desmistificação de ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais como

língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à Língua Brasileira de Sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, realizar perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.

Bibliografia básica

FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Müller de. Teorias de aquisição da linguagem. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2017.

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2007.

Bibliografia complementar

ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. Língua de sinais: processo de aprendizagem como segunda língua. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

FELIPE, Tânia A. LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do Estudante. 8. ed. Brasília: MEC, 2007.

OLIVEIRA, José Carlos de. Didática e Educação de surdos. Paraná: Unicentro, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TI%20CA%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtMed, 2008. Recurso eletrônico.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. (org.). Bilinguismo dos surdos: Questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

MACROECONOMIA

Contabilidade Nacional. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Determinantes da demanda e oferta agregada. Moeda, juros e renda. Economia Aberta. Política econômica. O papel do governo. Inflação.

Bibliografia básica

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Macroeconomia. 3. ed. São Paulo: Elsevier: Campos, 2015.

MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Bibliografia complementar

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2006.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. Macroeconomia. 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação. São Paulo: Atlas, 1990.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPAIO, Luiza. Macroeconomia: esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARKETING E SOCIEDADE

Filosofia, papel e impacto do marketing nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público. Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos. Compatibilidade dos interesses do cidadão com os da administração pública. Organização do marketing social. O sistema de formação e do planejamento do marketing social. O marketing de relacionamento na governança pública municipal e regional. O município e região na visão do marketing social.

Bibliografia básica

DIAS; Sérgio Roberto et al. Gestão de Marketing. São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso eletrônico.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. Estratégia de marketing: Teoria e Casos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: Do tradicional ao digital. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.

Bibliografia complementar

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

PINTO, Djalma. Marketing: política e sociedade. São Paulo: Companhia dos livros, 2010.

LARA, Rodrigo Diniz. Marketing de Relacionamento do Setor Público: um modelo de gestão da relação entre os cidadãos e a administração pública. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro do Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SLOMSKI, Valmor. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SILVA, Edson Coutinho da Silva. Marketing Público: Uma plataforma de “trocas” no setor público. Revista Eletrônica da Administração (Online), v. 14, n. 1, ed. 26, p. 20-42, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/download/748/809>.

Acesso em: XX xxx. XXXX.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Juro e Capitalização Simples. Capitalização Composta. Desconto Simples. Série de Pagamentos. Sistema de Amortização. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. Classificação das Taxas de Juros. Sistemas de amortização. Taxa Média e Prazo Médio. Operações Financeiras Realizadas no Mercado.

Bibliografia básica

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2016.

FARO, Clovis; LACHTERMACHER, Gerson (org.). Introdução a Matemática Financeira. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012.

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2017.

Bibliografia complementar

BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. Matemática Financeira: com HP 12C e Excel. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, Roberto G. Matemática Financeira Aplicada. São Paulo: Atlas, 2014.

TOSI, Armando José. Matemática financeira: com utilização da HP-12C. 2. ed. comp. São Paulo: Atlas, 2009.

VERAS, Lília Ladeira. Matemática financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES

Conceitos introdutórios: teoria de conjuntos, conjuntos numéricos e sistemas de coordenadas. Matrizes e Sistemas de equações e inequações. Funções, limites e derivadas. Aplicações matemáticas na área de administração.

Bibliografia básica

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhle H. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SILVA, Fernando César Marra e; ABRÃO, Mariângela. Matemática básica para decisões administrativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.

Bibliografia complementar

BRONSON, Gary; BRONSON, Richard; KIEFF, Maureen; YANG, Natalie. Mathematics For Business: Fourth Edition. Scott Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

CLENDENEN, Gary; SALZMAN, Stanley A. Business Mathematics. 13. ed. Pearson, 2014.

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2007.

TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. São Paulo: Pioneira Thomson, 2011.

METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

Bibliografia básica

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

DEMO, Pedro. Metodologia para quem quer aprender. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes,

2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS

Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise e interpretação de texto. Fichamentos. Normas da ABNT.

Bibliografia básica

BERNABE, Tierno. As melhores técnicas de estudo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: Comentadas Para Trabalhos Científicos. Curitiba: Juruá, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia complementar

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (org.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2006.

BRUNI, José Carlos; ANDRADE, José Aluysio Reis. Introdução às técnicas do trabalho intelectual. Araraquara: UNESP, 1989.

ELSON, Adalberto Teixeira. Leitura dinâmica e memorização. São Paulo: Cultura, 2008.

GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

KLEIMAN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 2016.

NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.

Bibliografia básica

CARVALHAL, Eugenio do; ANDRADE, Gersem Martins de; ARAÚJO, João Vieira de; KNUST, Marcelo. Negociação e administração de conflitos. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson. Novos temas de arbitragem. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). Mediação, conciliação e arbitragem. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

Bibliografia complementar

BARCELLA, Roberto Portugal. Mediação e Arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem: mediação, conciliação, Resolução CNJ 125/2010. São Paulo: RT, 2011.

HIRATA, Renato H. Estilos de negociação: as oito competências vencedoras. São Paulo: Saraiva, 2007.

LEITE, Jaci Corrêa. Negociação. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves de (coord.). Negociação, Mediação e Arbitragem. 2. ed. São Paulo: Editora

Método, 2012.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Manual de Arbitragem: Mediação e Conciliação. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

Bibliografia básica

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). Planejamento e Orçamento governamental. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

Bibliografia complementar

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, IX, 2004, Madrid, España. Anais [...], Madrid: CLAD, 2004. Disponível em: <http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

FREITAS, Mário Sebastião Nogueira. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados, Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, p. 7-70, 2001.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 26, p. 5-15, 2003.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. Disciplina fiscal e qualidade do gasto público. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS

Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico – Layout. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho Organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais.

Bibliografia básica

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2015.

CRUZ, Tadeu. Sistemas, Métodos e Processos: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial*. São Paulo: Atlas, 2013

Bibliografia complementar

ARAÚJO, Luis César G. de. *Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional*. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

ARAÚJO, Luis César G. de. *Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional*. São Paulo: Atlas, 2006. v. 2.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. *Organização, sistemas e métodos*. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. *Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão*. São Paulo: Makron Books, 1997.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. *Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério*. São Paulo: Atlas, 2002.

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico. Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de Indicadores Sociais.

Bibliografia básica

CARDOSO JR., José Celso (org.). *A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011. Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 4. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenv_ol04.pdf. Acesso em: XX xxx. XXXX.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). *Planejamento e Orçamento governamental*. Brasília: ENAP, 2006. v.1. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

Bibliografia complementar

BANCO MUNDIAL. *Monitorização e avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens*. Washington, 2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão*. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: MEPF/INCRA/IICA, 1999.

KON, Anita. *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MARTÍNEZ, Luisa María. *La Planificación en el Siglo XXI: Desafíos Institucionales y Claves para un Nuevo Enfoque*. In: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE MINISTRAS Y MINISTROS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y REFORMA DEL ESTADO, XV, 27-28 jun. 2013, Panamá. Documento aprobado. Panamá: CLAD/MEF, 2013. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/La%20Planificacion%20del%20Siglo%20XXI.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Evolução histórica do Estado e políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bem-estar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. Tendências e questões atuais no estudo das políticas públicas.

Bibliografia básica

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

Bibliografia complementar

HEDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Políticas públicas: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

Psicologia social e das organizações. Modos de organização do trabalho. Psicodinâmica do trabalho. Psicologia e estudos organizacionais. Motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão, conflito e Liderança nas organizações.

Bibliografia básica

BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.

ZANELLI, José Carlos; BORGES- ANDRADE, Jairo Eduardo Bastos; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Bibliografia complementar

BERGAMINI, Cecília W. Liderança: Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. Psicodinâmica da Vida Organizacional. São Paulo: Atlas, 1997.

- DEJOURS, Christophe. A Loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. São Paulo: Campus, 2009.
- SCHEIN, Edgard H. Psicologia organizacional. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

REDAÇÃO OFICIAL

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

Bibliografia básica

- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Manual de Redação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.
- GOLD, Miriam. Redação Empresarial. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia complementar

- BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- BUSUTH, Mariangela Ferreira. Redação Técnica Empresarial. 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010.
- LEDUR, Paulo Flávio. Manual de Redação oficial. 1. ed. Porto Alegre: AGE, 2014.
- MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnicas de comunicação criativa. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. Padronização e redação dos atos oficiais. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2013.

REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência. Marco regulatório: agências reguladoras e as experiências internacionais, nacionais, estaduais e municipais.

Bibliografia básica

- ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012.
- COUTINHO, Diogo R. Direito e Economia Política na Regulação de Serviços Públicos. São Paulo: Saraiva, 2014.
- GUERRA, Sérgio. Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

Bibliografia complementar

- ARAGÃO, Alexandre Santos de. A organização e controle social das agências reguladoras: Crítica aos Anteprojatos de Lei. Porto Alegre: ABAR, 2004.
- Disponível em: <http://abar.org.br/?mdocs-file=47701>. Acesso em: XX xxx. XXXX.
- ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos serviços públicos. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- CAMARGO, Ricardo A. L. Agências de regulação no ordenamento jurídico- econômico

brasileiro. Porto Alegre: Fabris, 2000.

CARDOSO, Henrique Ribeiro. O Poder Normativo das Agências Reguladoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, Economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR

Gestão de projetos sociais. Responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. Terceiro setor: marcos legais e certificações.

Bibliografia básica

CABRAL, Eloisa Helena de. Terceiro setor: gestão e controle social. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LACRUZ, Adonai José. Gestão de projetos no terceiro setor: uma aplicação prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

TACHIZAWA, Takeshy. Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia complementar

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. Terceiro setor: História e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006.

DRUCKER, Peter F. Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.

QUINTEIRO, Eudósia Acuña (org.). Um sensível olhar sobre terceiro setor. São Paulo: Summus, 2006.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZARPELON, Márcio Ivanor. Gestão e responsabilidade social. São Paulo: Qualitymark, 2011.

SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL

O fenômeno administrativo como fato sociológico. Socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Sociologia das organizações e do trabalho: formas de organização do trabalho. Inovação tecnológica.

Bibliografia básica

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. Sociologia aplicada à administração. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Reinaldo. Sociologia das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, J. M. Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António. Manual de Psicossociologia das Organizações. Rio de Janeiro: Escolar, 2011.

Bibliografia complementar

CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR, João Benjamim. Repensando as organizações: da formação à participação. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

JAIME, Pedro; LÚCIO, Fred. Sociologia das organizações: conceitos, relatos e casos. São Paulo: Cengage, 2018.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Sociologias das organizações. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA III: PROGRAMA INTEGRADO DE EXTENSÃO III

Elaboração e Execução de projetos de extensão

Bibliografia básica

DE DEUS, S. Extensão universitária: trajetórias e desafios. Santa Maria: Editora PREUFISM, 2020.

FARIA, D. S. (org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/files/forproex-politica-nacional-extensao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

Bibliografia complementar

FOREXT. Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior: referenciais para a construção de uma política nacional de extensão nas ICES. Santa Catarina: Universidade do Vale de Itajaí, 2013.

FORPROEX. Indicadores brasileiros de extensão universitária Campina Grande: EDUFCG, 2017.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2019

FREIRE, P. Política e educação. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II: PROGRAMA INTEGRADO DE EXTENSÃO II

Elaboração e Execução de projetos de extensão

Bibliografia básica

DE DEUS, S. Extensão universitária: trajetórias e desafios. Santa Maria: Editora PREUFISM, 2020.

FARIA, D. S. (org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/files/forproex-politica-nacional-extensao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

Bibliografia complementar

FOREXT. Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior: referenciais para a

construção de uma política nacional de extensão nas ICES. Santa Catarina: Universidade do Vale de Itajaí, 2013.

FORPROEX. Indicadores brasileiros de extensão universitária Campina Grande: EDUFCG, 2017.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2019

FREIRE, P. Política e educação. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I: PROGRAMA INTEGRADO DE EXTENSÃO I

Elaboração e execução de projetos de extensão

Bibliografia básica

DE DEUS, S. Extensão universitária: trajetórias e desafios. Santa Maria: Editora PREUFMS, 2020.

FARIA, D. S. (org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/files/forproex-politica-nacional-extensao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

Bibliografia complementar

FOREXT. Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior: referenciais para a construção de uma política nacional de extensão nas ICES. Santa Catarina: Universidade do Vale de Itajaí, 2013.

FORPROEX. Indicadores brasileiros de extensão universitária Campina Grande: EDUFCG, 2017.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. Política e educação. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento. Dimensões políticas e jurídicas do orçamento público. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Questões atuais de finanças públicas.

Bibliografia básica

GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. Finanças públicas: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.

Bibliografia complementar

- BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. Economia do Setor Público no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- GRUBER, Jonathan. Finanças Públicas e Política Pública. São Paulo: LTC, 2008.
- MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- REZENDE, Fernando. Finanças públicas. São Paulo: Atlas, 2015.
- REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org.). A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.
- ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. Finanças Públicas. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I

O fato administrativo: conceitos, dimensões de análise e dinâmica. Gestão de Organizações públicas e privadas. Evolução do Pensamento Administrativo. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Críticas às teorias organizacionais.

Bibliografia básica

- GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ, Martius Vicente R. Administração: Elementos essenciais para a gestão das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2015.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria Geral da Administração. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

Bibliografia complementar

- DRUCKER, Peter F. Introdução à Administração. São Paulo: Cengage, 2017.
- LODI, João Bosco. História da Administração. 1. reed. São Paulo: Cengage, 2003.
- MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. A Companhia: História de uma ideia revolucionária. São Paulo: Objetiva, 2003.
- MOTTA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A Teoria e a Prática de Inovar. Rio de Janeiro: Quatitymark, 2000.
- TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

TÓPICOS ESPECIAIS DE GESTÃO MUNICIPAL

O fenômeno urbanização na contemporaneidade: evolução histórica, dinâmica de formação e transformação do espaço municipal/ metropolitano. O marco legal e instrumentos para o planejamento e gestão municipal. O Plano Diretor Municipal. Financiamento do gasto público municipal. Responsabilidades do Poder Local e da Sociedade Civil.

Bibliografia básica

- DOWBOR, Ladislau. O que é poder local. Imperatriz, MA: Ética, 2016.
- GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). Manual do Prefeito. Rio de Janeiro: IBAM, 2016.
- VELOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri (org.). Gestão Municipal no Brasil: um retrato das prefeituras. Brasília: IPEA, 2011.

Bibliografia complementar

- ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). Planejamento Governamental para Municípios: Plano

Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Guia Básico para a Gestão dos Municípios. Brasília: MP, 2008.

PINHEIRO, Otilie Macedo (coord.). Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: FAPESP: Nobel, 2016.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Construção teórica-prática do trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia básica

DEMO, Pedro. Metodologia para quem quer aprender. São Paulo: Atlas, 2008

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Construção do Trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia básica

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007

Bibliografia complementar

DEMO, Pedro. Metodologia para quem quer aprender. São Paulo: Atlas, 2008

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.
SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015

7 - Atividades Complementares

As atividades complementares serão reguladas por regimento próprio a ser estabelecido na Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas.

8 - Política e gestão de estágio curricular obrigatório e não obrigatório

O estágio curricular obrigatório segue as normas contidas na Instrução Normativa nº 01/2022 publicada pela PROGRAD/UFG, que dispõe sobre as orientações para elaboração de projetos pedagógicos de curso (PPC), que está em consonância com a legislação pertinente (Resoluções CEPEC/UFG nº 1557/2017, nº 1538/2017, nº 1539/2017 e à Lei 11.788 de 2008 e à Lei 14.913 de 2024).

O estágio supervisionado totaliza 180 horas e será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio do Curso de Administração Pública da UFG, observados os regulamentos normativos da instituição e o conjunto de normas legais que rege o tema. É uma atividade que deverá ser estruturada de acordo com a Resolução CNE 001/2014, que estabelece as diretrizes curriculares do curso de Administração Pública, bacharelado, em especial em seu artigo 7. Observando o estabelecido no art. 7º da resolução CNE 001/2014, que traz: "O projeto pedagógico do curso deverá disciplinar o estágio supervisionado, sob várias formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior". E observando a Resolução CEPEC/UFG nº 1699, de 22 de outubro de 2021, que dispõe sobre a regulamentação das Atividades Curriculares de Extensão (ACEEx) nos PPCs, regulamenta-se que o estágio supervisionado do curso de Administração Pública será direcionado à execução de ações de extensão, integrando o componente curricular estágio obrigatório à carga horária destinada às Atividades Curriculares de Extensão (ACEEx).

Os estágios supervisionados serão monitorados pelo coordenador e vice-coordenador de estágios do Curso (designado pelo seu colegiado), um docente orientador em parceria com um supervisor ou preceptor do campo de prática. O coordenador de estágio representa o Curso junto à Coordenação Geral de Estágios da PROGRAD/UFG. Este coordenador deve contribuir com o planejamento, desenvolvimento e avaliação dos estágios, promovendo a integração com a coordenação do curso de Graduação, professores responsáveis por disciplinas de estágios, preceptores e alunos, assim como articular com os responsáveis pelos locais de práticas de estágio.

O docente orientador é o responsável pelo planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades de cada estagiário, sob sua responsabilidade.

O profissional é supervisor do estagiário e responsável pelo acompanhamento direto e continuado e avaliação de suas atividades nos locais de estágio.

A supervisão exercida por profissionais da área, deverá ter acompanhamento presencial diário/permanente de docente da área, conforme posto na legislação vigente sobre o estágio, contribuindo, assim, com o processo de Educação Permanente, tanto do profissional do serviço,

quanto do docente.

Conforme previsto no Art. 17, parágrafo 3 do RGCG, as competências profissionais adquiridas por meio de vínculo formal de trabalho nas áreas de formação do estudante, realizado concomitantemente com o curso, poderão ser equiparadas, parcial ou totalmente, ao estágio curricular obrigatório. O estudante poderá solicitar equiparação ao realizar a matrícula no quinto período, na disciplina de Estágio Curricular I, desde que apresente uma declaração do seu empregador detalhando as atividades desempenhadas, acompanhada de um comprovante de vínculo formal de emprego com, no mínimo, 12 meses de vigência.

O estágio curricular não obrigatório segue as normas contidas na Instrução Normativa nº 01/2022 publicada pela PROGRAD/UFG, que dispõe sobre as orientações para elaboração de projetos pedagógicos de curso (PPC), que está em consonância com a legislação pertinente (Resoluções CEPEC/UFG nº 1557/2017, nº 1538/2017, nº 1539/2017 e à Lei 11.788 de 2008 e à Lei 14.913 de 2024).

O curso permite desde que atendam as legislações vigentes da UFG realizar estágios não-obrigatórios desde o primeiro semestre. O estágio não obrigatório em hipótese alguma será considerado integrante ou parte do estágio obrigatório como componente curricular.

A UFG é contemplada pela Central de Estágio que promove o acompanhamento de convênios e estímulo aos estágios não obrigatórios. A coordenação de estágio do curso promoverá convênios e parcerias com as instituições diversas para que possam estimular os estudantes à prática de estágio.

9 - Política da inserção de ações curriculares de extensão - Acex

Os principais marcos legais que orientam o desenvolvimento da curricularização da extensão nas instituições de ensino superior no Brasil são: a Constituição Brasileira de 1988, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei nº 10.172/2001 que aprovou o Plano Nacional de Extensão Universitária para o decênio 2001/2011, a Lei nº 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024 e a Resolução CNE/CES nº 7/2018 que estabeleceu as diretrizes da extensão na Educação Superior Brasileira.

Os marcos legais da Universidade Federal de Goiás, que orientam e dão suporte à inserção das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação, incluem a Resolução CONSUNI nº 39, de 28 de agosto de 2020, que regulamenta as Ações de Extensão e Cultura na UFG; a Resolução CEPEC/UFG nº 1699, de 22 de outubro de 2021, que dispõe sobre a regulamentação das Atividades Curriculares de Extensão (ACEx) nos PPCs de Graduação da UFG; e a Instrução Normativa (IN) da Câmara de Graduação/CEPEC nº 01/2022, que institui as diretrizes e procedimentos para elaboração dos PPCs de graduação da UFG.

Objetivando enraizar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, no processo formativo do Administrador Público, a/o acadêmica/o será estimulada/o a produzir ações práticas inseridas/os na comunidade, atendendo ao art. 5º, da resolução 7 de 18/12/2018 do CNE/CES, que estrutura a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior, tais como:

- I. a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da integração de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II. a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III. a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV. a articulação entre ensino/ extensão/ pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico e inovador.

Os estudantes do Curso de Administração Pública terão a oportunidade de combinar a criatividade, iniciativa e análise de problemas reais, para geração e adaptação de soluções socialmente, ambientalmente e coletivamente justas.

Os **Componentes Curriculares (CC)** serão oferecidos a partir do segundo semestre, integrados à carga horária de estágio curricular obrigatório (180 horas) e das disciplinas: a) Temas Contemporâneos na Gestão Pública I: Programa Integrado de Extensão I (32 horas); b) Temas Contemporâneos na Gestão Pública II: Programa Integrado de Extensão II (32 horas); c) Temas Contemporâneos na Gestão Pública III: Programa Integrado de Extensão III (32 horas); Eletiva I: Projeto Municipal de Extensão (32 horas); e Eletiva II: Projeto Regional de Extensão (32 horas). O total é de 340 horas, representando 10% do curso.

A curricularização da extensão proposta pelo curso de Administração Pública, conforme descrito acima, integra-se ao currículo nas disciplinas mencionadas, bem como no estágio obrigatório. Assim, somos desafiados a repensar concepções e práticas extensionistas, além de agregar:

I. a contribuição para a formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II. o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade local, regional, nacional e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III. a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social e econômico das instituições de ensino superior em todas as áreas, especialmente nas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV. a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino, da extensão e da pesquisa;

V. o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição para o enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI. o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento de educação.

Em resumo, em consonância com os propósitos formativos do curso de Administração Pública e com o objetivo de fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, as Atividades Curriculares de Extensão (ACEEx) serão realizadas no formato de **Componentes Curriculares**. A carga horária total das ACEEx será de 340 horas, devendo ser cumprida por todos os estudantes do curso..

10 - Política e gestão de prática como componente curricular - PCC

Este curso não prevê prática como componente curricular em seu currículo.

11 - Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – de inclusão obrigatória neste projeto, conforme artigo 6º, inciso XI, das DCNs do Bacharelado em Administração Pública – poderá ser elaborado nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

O TCC está estruturado em duas disciplinas de 60 horas cada, sendo a primeira prevista para contemplar discussão metodológica e elaboração do projeto de TCC. Na segunda disciplina, espera-se o desenvolvimento do que foi elaborado na disciplina anterior e que seus resultados sejam submetidos à avaliação.

A Carga Horária de TCC é de 120 horas, dividida em dois componentes curriculares. Obedecendo as DCN's do curso de Administração Pública as normas do TCC serão estabelecido em regulamento próprio a ser aprovado na Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas.

12 - Política de ensino, pesquisa e extensão

Por sua inserção em uma Universidade e pela própria importância da produção do conhecimento, o curso de Administração Pública compreende ser fundamental a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A Política de Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFG (UFG, 2023).

Esse princípio da indissociabilidade perpassa a formação profissional como elo norteador do processo ensino-aprendizagem. A dimensão do ensino possibilita ao aluno uma visão científica da realidade social, a partir de fundamentos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos da formação profissional.

Na dimensão da pesquisa é possível verticalizar o conhecimento sobre determinados fenômenos da realidade organizacional, expressões dessa realidade organizacional, objeto da Administração Pública. Nesta dimensão alunos de iniciação científica e professores pesquisadores ao desenvolverem pesquisa, produzem conhecimento e enriquecem o espaço acadêmico da sala de aula, articulando conteúdos e disciplinas.

Na dimensão da extensão, por meio da interdisciplinaridade, é possível a inserção na realidade organizacional, o confronto com as variáveis do cenário estatais, as desigualdades de estilo de liderança organizacional, o comportamento organizacional como um todo. Ao inserir-se nesta realidade, professores e alunos que participam dos programas de extensão, constroem novas tecnologias e metodologias de abordagens organizacionais, elaboram pesquisas sobre as condições de vida dessas organizações e problematizam a realidade organizacional propondo articulações e soluções nas organizações públicas e seus impactos para os cidadãos.

Neste sentido, as atividades de extensão são espaços para a prática de estágio, possibilitando a inserção na realidade organizacional e a interação entre o Estado e a sociedade. Constituem-se também em espaço para formação e capacitação permanente de docentes e estudantes, devendo ter como parâmetro as necessidades e demandas apresentadas. Dessa forma, a extensão universitária no âmbito de Administração Pública deve abarcar: capacitação e formação específica do Administrador Público; ações interdisciplinares; projetos e ações de extensão que englobem as especificidades locais. Esses elementos devem contribuir para o processo de leitura crítica da realidade organizacional e com o fortalecimento das estratégias de transformação da realidade.

Ao partir dessa articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, o curso de Administração Pública compreende que a indissociabilidade deve ocorrer no cotidiano, permitindo a participação de professores e alunos.

A relação entre ensino, pesquisa e extensão precisa desenvolver-se no cotidiano mediado pela busca do conhecimento sobre a realidade organizacional. A pesquisa permite que professores e alunos proponham temas de estudos, cujos objetos são apreendidos dentro dos parâmetros e do rigor científico necessário. Esse conhecimento, produzido no interior da própria universidade, é socializado a partir do seu retorno aos espaços de aprendizagem.

13 - Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem e apoio ao discente

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser o de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque, no contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, professores formadores e orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber, principalmente para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor e estudante, mediada por textos, é fundamental.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente às suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

É importante desencadear um processo de avaliação que permita analisar não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

O processo de avaliação de ensino-aprendizagem segue o estabelecido pelo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da UFG, instituído pela Resolução CEPEC/UFG nº 1791 de 07 de outubro de 2022.

Recomenda-se que o processo de docência, mediado pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), seja conduzido por meio de diversas estratégias de comunicação, tanto síncronas quanto assíncronas, promovendo diferentes formas de interação e aprendizagem. Assim, espera-se que a mediação pedagógica favoreça uma discussão teórica e conceitual sólida, que sustente as atividades desenvolvidas nos componentes curriculares.

Em conformidade com as normativas vigentes, as avaliações devem ser estruturadas para captar o desenvolvimento e a compreensão dos conteúdos abordados, relacionando-os ao contexto de aplicação prática no exercício profissional dos acadêmicos. Deve-se estimular a reflexão crítica sobre a prática profissional, promovendo o ato de pensar e aprimorar o conhecimento.

Embora o curso seja oferecido na modalidade de Educação a Distância (EaD), haverá atividades e avaliações presenciais. Os encontros presenciais ocorrerão duas vezes por semestre. O primeiro será realizado no início do período letivo, na sede da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Campus Goiás. No decorrer do semestre, conforme planejamento prévio, será realizada uma segunda atividade presencial no polo em que o estudante estiver matriculado. A participação nessas atividades é obrigatória e avaliativa.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) acompanhará continuamente os processos de ensino-aprendizagem, utilizando os recursos disponíveis de forma adequada.

Além disso, serão incentivadas ações de mobilidade acadêmica, tanto nacional quanto internacional, bem como a prática de estágio não obrigatório. No âmbito do curso ofertado em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, prevê-se o apoio de tutores na modalidade EaD, que atuarão como mediadores entre discentes e docentes, além de auxiliarem na utilização das plataformas e no acompanhamento das demandas dos estudantes, sempre que solicitado.

Processo de Comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EaD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas síncrona e assíncrona.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão: toda e qualquer ferramenta que permita a integração entre envolvidos, a saber, as ferramentas de conferência da RNP, as ferramentas Google, como o Google Meet, e outros similares.

Como processos de comunicação assíncronos, serão utilizados:

- O ambiente de mediação do curso e suas funcionalidades, além das ferramentas institucionais disponíveis, como o e-mail e espaços de "Fale Conosco".

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e assíncrona e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, com base em quais critérios, se a atividade proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade, entre outros aspectos.

Em outras palavras, a postura de avaliação adotada no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante, conhecimento, tutor e professor formador.

Plano de Acompanhamento dos Processos de Ensino-Aprendizagem

Como parte do processo de ensino-aprendizagem, sugere-se o seguinte plano de acompanhamento:

- **Monitoramento Regular do Desempenho:** O desempenho dos estudantes será monitorado por meio de relatórios elaborados pelos tutores, com base em sua participação nas atividades síncronas e assíncronas, bem como na entrega de trabalhos e nas avaliações realizadas. Os tutores também realizarão atendimentos regulares para orientações e esclarecimento de dúvidas, promovendo um acompanhamento individualizado de cada discente.
- **Reuniões de Acompanhamento:** Reuniões mensais serão realizadas entre os professores, tutores e coordenação para discutir o progresso dos estudantes e identificar eventuais dificuldades que exijam intervenções pedagógicas. Durante essas reuniões, serão analisadas as avaliações diagnósticas e os resultados obtidos nas atividades de estudo de caso, fóruns de discussão e demais ferramentas interativas.
- **Avaliação Formativa e Somativa:** A avaliação formativa ocorrerá ao longo do semestre por meio de quizzes, fóruns de discussão e estudos de caso, com feedback contínuo por parte dos tutores e professores formadores. As avaliações somativas, realizadas ao final de cada disciplina, terão o objetivo de mensurar a aprendizagem acumulada e a capacidade dos estudantes de aplicar conceitos teóricos em situações práticas.
- **Comunicação Síncrona e Assíncrona:** A interação entre alunos, tutores e professores será facilitada por um ambiente virtual de aprendizagem que permite tanto a comunicação síncrona, por meio de videoconferências e chats ao vivo, quanto a comunicação assíncrona, com o uso de fóruns de discussão, e-mails e outros meios. O acompanhamento contínuo dessa interação será monitorado pelos tutores, que incentivam a participação ativa dos alunos em ambas as modalidades.
- **Autoavaliação do Discente:** O estudante será incentivado a realizar autoavaliações periódicas, refletindo sobre seu progresso no curso e as áreas em que necessita de aprimoramento. Esta prática visa fomentar a autonomia do discente e seu papel ativo no processo de aprendizagem.
- **Indicadores de Desempenho e Avaliação Institucional:** O desempenho dos estudantes será avaliado com base em indicadores institucionais, como taxa de aprovação e retenção. Questionários de avaliação institucional também serão aplicados ao final de cada semestre, permitindo que os discentes forneçam feedback sobre a qualidade das disciplinas e dos recursos didáticos.
- **Relatórios de Acompanhamento:** Ao final de cada semestre, a coordenação do curso elaborará um relatório de acompanhamento com os dados de desempenho dos estudantes, identificando áreas de sucesso e pontos que necessitam de melhorias. Esse relatório será utilizado para ajustes no planejamento pedagógico e nas estratégias de ensino.
- **Envolvimento em Atividades Presenciais e Práticas:** Os encontros presenciais avaliativos proporcionarão oportunidades para avaliar a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Durante esses encontros, os professores e tutores observarão as competências desenvolvidas pelos estudantes, com feedback imediato e contínuo.

Este plano de acompanhamento visa garantir que o processo de ensino-aprendizagem seja monitorado de maneira eficaz, proporcionando aos estudantes o suporte necessário para seu sucesso acadêmico e profissional.

14 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

Estrutura Administrativo-Pedagógica

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender e da Administração Pública.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de pró-atividade, de empowerment, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (instrucional designer); do editor ao artista gráfico (web designer) etc. Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- o estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs);
- professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- professores pesquisadores: ligados ao programa de pós-graduação da Ipes, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar todo o sistema, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da instituição na modalidade a distância;
- tutores: bacharéis em Administração, ou em áreas afins. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”; e
- equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta de corpo docente, tutores e pessoal técnico-administrativo, incluindo aqui os serviços de suporte oferecidos pelo CIAR/UFG, este último com funções de apoio administrativo e técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá conforme programação da Ipes.

O acompanhamento das necessidades de atualização da equipe será realizado em

avaliação do Núcleo Docente Estruturante, que indicará as necessidades específicas.

A UFG dispõe do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (CIAR/ UFG) que criado em 2007, como órgão suplementar a reitora, apoia as atividades integradas pelas tecnologias de informação. Assim, o treinamento será proposto pelo curso em parceria com o CIAR.

Docentes que participam da Gestão do Curso

Além dos docentes integrantes na elaboração do PPC, os docentes do curso que integrarão o corpo docente respeitará as resoluções da UFG e serão selecionados conforme portaria CAPES/UAB 102 de 10 de maio de 2019. A Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas do Campus Goiás, emitirá portaria aos docentes integrantes do NDE, respeitando as resoluções internas da UFG.

Caberá ao Núcleo Docente Estruturante o acompanhamento e avaliação do bom funcionamento do curso e a implementação do Projeto Pedagógico do Curso - PPC.

Avaliações Internas e Externas

O curso terá suas atividades avaliadas de forma contínua pelo Núcleo Docente Estruturante.

Como integrante da UFG, a universidade possui a Comissão de Própria Avaliação - CPA que realiza sua autoavaliação.

E, as avaliações externas promovidas pelos órgãos responsáveis, a saber o MEC/INEP.

Desta forma, o curso observa as avaliações internas, em âmbito local promovidas pelo NDE e institucional pela CPA, e as avaliações externas realizadas pelo MEC/INEP.

Além disso, promove a avaliação dos subsistemas de EaD. A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino- aprendizagem, entre eles: estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados:

- Instrumentos próprios de avaliação promovidos pela CPA, e,
- Avaliação contínua, acompanhada pelo NDE.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

15 - Dinâmica das atividades

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- os processos de orientação e avaliação próprios;
- o monitoramento do percurso do estudante; e
- a criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem rede comunicacional e produção de material didático.

Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a UFG e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na UFG, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/ áreas do saber que compõem o curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos núcleos tecnológicos na UFG e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a UFG.

Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Atualmente, o material didático básico do curso de Bacharelado em Administração Pública encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a

todas as Ipes participantes do programa, com exceção das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública, que, devido a suas especificidades, ficarão a cargo de cada UFG.

Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Bacharelado em Administração Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/ espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Temas Contemporâneos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes para estudar e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela UFG antes do início do curso e ao longo do curso. A UFG dispõe do CIAR que auxiliará no processo de formação dos tutores.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- e-mail; e,
- Toda e qualquer ferramenta disponível e pertinente para o processo de interlocução.

Encontros presenciais

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas, incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica, devendo, essa prática, ser amplamente incentivada junto à comunidade acadêmica por parte de todos os atores envolvidos no processo.

Os encontros presenciais ocorrerão em dois momentos por semestre. Um realizado na instituição sede, UFG – Campus Goiás e outro a ser realizado no pólo. O momento de integração na UFG – Campus Goiás, tem por objetivo aglutinar todos os estudantes do curso e proporcionar a integração acadêmica entre os estudantes em um espaço comum. O encontro no pólo permite um aprofundamento do conhecimento regional do estudante bem como a troca de experiência em seu contexto local.

16 - Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. [Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)]. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 5 maio 2000.

BRASIL. Constituição Federal, arts. 205, 206 e 208. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamentada a Lei n.10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei n. 10098 de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 dezembro 2005.

BRASIL. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretos/2005/d5626.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretos/2009/d6949.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretos/2011/d7611.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jun. 2006.

BRASIL. Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <http://www.uab.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2000/110098.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2008/111645.htm.

Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2012/112764.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2015/113146.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jan. 2014.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012. Disponível em: <https://prograd.ufu.br/legislacoes/parecer-cnecp-0082012-de-06-de-marco-de-2012-diretrizes-nacionais-para-educacao-em>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Portaria MEC nº 3.284, de 2003. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12012.pdf?query=Direitos%20Humanos. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Resolução n. 1, de 13 de maio de 2014. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Administração Pública. Disponível em: <http://www.cne.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. (CAPES/ UAB). Edital nº 01, de 27 de abril de 2009. Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, DF: CAPES, 2009.

GOOGLE MAPS. Google Maps. 2024. Disponível em: <https://maps.google.com.br>. Acesso em 21 de agosto de 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados do Censo 2022. 2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 21 de agosto de 2024.

UFG. Instrução Normativa CEPEC/UFG nº 01/2022. UFG: GOIÂNIA – GO, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Instrução Normativa CEPEC nº 01/2022, de 21 de março de 2022. Institui as diretrizes e procedimentos para elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/90/o/Instrucao_Normativa_01-2022_PPC.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1HaJIGWoQOSPIbe0q3g4060LnjHwRB4xd/view>. Acesso em: 22 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC/UFG nº 1699, de 22 de outubro de 2021. Dispõe sobre a regulamentação das Atividades Curriculares de Extensão (ACEx). Disponível em: https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2021_1699.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC/UFG nº 1791, de 07 de outubro de 2022. Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG). Disponível em: https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2022_1791.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.